

AP: o preço da correção

Jim Sibbison *

ABSTRACT

AP: *The Price of Honesty*

It deals with the philosophy of the news agency "Associated Press", of not using anonym sources, although this behaviour is very common in great features of newsmen such as Rob Woodward, of "The Washington Post", in such moments as the Watergate Scandal and the "Iran-contras" case. It puts into question if the position of the AP in regard to anonym sources is politically neutral.

RESUMO

Trata da filosofia da agência de notícias Associated Press de não utilizar fontes anônimas, embora esse comportamento seja comum em grandes reportagens de jornalistas como Rob Woodward, do "The Washington Post", em momentos como o caso Watergate e Irã-contras. Questiona se a posição da AP em relação a fontes anônimas é politicamente neutra.

"A Associated Press e seus membros consideram deploráveis as fontes anônimas", escreveu Charles J. Lewis, chefe do escritório da AP em Washington, em memorando ao seu pessoal. "As pesquisas mostram que o anonimato causa problemas de credibilidade. Os leitores, os telespectadores e os ouvintes exigem irradamente que lhes digamos onde obtivemos nossas informações. As fontes anônimas são criticadas por covardia, e os meios de comunicação, por usar tais fontes".

Lewis em seguida reiterou a política da AP: "Não usamos fontes anônimas. Elas não devem servir de base para reportagens, e os editores devem suprimir o material a elas atribuído". Havia uma exceção que, segundo Lewis, devia ser observada somente no caso de se deparar o repórter com as três

(*) *Jim Sibbison foi durante oito anos repórter da Associated Press lotado no escritório de Washington. Hoje é um escritor "freelancer" residente em Amherst, Massachusetts.*

condições seguintes: (1) não há meio de atribuir a informação a uma fonte identificada; (2) a informação é “discutivelmente factual, e não um ataque ou uma afirmação em proveito próprio”; (3) a fonte exige que “ele ou ela não sejam mencionados”.

A data do memorando de Lewis foi 3 de dezembro de 1986, exatamente um mês depois que se tornara pública a iniciativa do presidente Reagan no tocante ao Irã. Repórteres como Rob Woodward e Walter Pincus, do “Washington Post”, já estavam divulgando notícias baseadas em vazamentos anônimos sobre o caso Irã-*contras*. Robert Parry – então repórter da AP, mas hoje trabalhando em “Newsweek” – lembra que o memorando “no mínimo fez o *staff* sentir que a AP não desejava aquele tipo de noticiário”.

Nos meses seguintes ao memorando de Lewis, a fim de não se omitir em relação ao assunto, a AP incorporou matérias sobre o caso Irã-*contras*, extraindo-as de reportagens exclusivas publicadas, dentre outros veículos, pelo “The New York Times”, “Daily News”, de Nova York, “NBC News”, “Los Angeles Times”, “The Washington Post”, “Sun” de Baltimore, “The Wall Street Journal” e “The Boston Globe”. Consultadas essas organizações pelo telefone – inclusive a United Press International –, verificou-se que, embora todas se preocupem com o uso excessivo de fontes anônimas, nenhuma as elimina de suas matérias com tanto rigor quanto a AP.

Segundo Owen Ullmann, um ex-repórter da AP que hoje cobre a Casa Branca para a cadeia de jornais Knight-Ridder, os executivos da AP aparentemente preferiam atribuir histórias daquela natureza a outras organizações jornalísticas do que divulgá-las sob sua direta responsabilidade. Diz Ullmann que quando trabalhava no escritório da AP em Washington de 1977 a 1983, detectou um sutil desestímulo, por parte da administração, de coberturas que pudessem parecer uma crítica ostensiva àqueles no poder, especialmente o presidente. Cedendo tais histórias a outros, diz ele, a AP evitava queixas de editores e diretores de jornais, que poderiam pensar que a agência estava se desviando de suas funções para atacar o presidente.

O próprio Ullmann envolveu-se exatamente em tal situação. Em 1981, primeiro ano de Reagan como presidente, ele citou anonimamente funcionários de alto nível do governo os quais afirmavam que o orçamento do presidente causaria déficits recordes. Um diretor de jornal, insatisfeito com a informação, sugeriu que as fontes de Ullmann seriam realmente os Democratas, possivelmente incluindo entre elas o então presidente da Câmara de Representantes, Thomas P. O’Neill, Jr., o que não era verdade. Daí por diante, Ullmann passou a encontrar resistência a matérias que citavam fontes não identificadas do governo criticando as políticas do presidente. Por fim, segundo ainda o repórter, foram banidas todas as citações com críticas anônimas do serviço noticioso da AP. Ullmann em vão protestou que, uma vez que os críticos com funções no governo temem perder seus empregos caso se identifiquem, a medida efetivamente punha fim à cobertura pela AP de críticas ao presidente dentro do governo.

A direção da agência, apoiada pelos executivos do setor de jornalismo com assento na junta de diretores, insiste em que sua política é a única verdadeiramente correta. “Devemos permitir que altos funcionários usem nossas colunas para defender anonimamente suas políticas ou atacar seus adversários políticos?” – perguntou retoricamente Louis D. Boccardi, então vice-presi-

dente executivo e hoje presidente e gerente da AP, aos membros da agência em uma reunião em Montreal em 1984. "Eu não acho..."

Quanto às matérias exclusivas baseadas em fatos revelados por fontes anônimas, o editor exclusivo da AP, Walter Mears, diz que sua organização de modo nenhum está abandonando o campo – simplesmente está determinada a precaver-se contra o perigo de uma fonte equivocada. A propósito, afirma que indicou Robert Parry para o Prêmio Pulitzer por suas reportagens exclusivas – que se baseavam substancialmente em fontes anônimas – sobre Oliver North e a ajuda aos *contras*. "Eu realmente sinto muito que ele nos tenha deixado", diz Mears.

Por seu lado, Parry diz ser verdade que as reportagens sobre os *contras* que ele escreveu em colaboração com um parceiro, Brian Barger, foram afinal liberadas (ver "Narco-terrorism, A Tale of Two Stories", CJR, setembro-outubro, 1986), "mas", ele acrescenta, "nunca foi fácil". Tanto Mears como o chefe do escritório Lewis continuavam a pedir fontes adicionais, submetendo o texto, portanto, a longas demoras, diz Parry. Uma reportagem exclusiva de Parry-Barger sobre as atividades de Oliver North na primavera de 1986 ficou retida por mais de um mês, ele lembra, e só foi liberada depois que Alphonse Chardy escreveu reportagem semelhante para o "Miami Herald".

Na opinião de Keith Fuller, que foi presidente e gerente geral da AP de 1976 até sua aposentadoria, em 1985, a própria natureza da missão da agência é incompatível com a busca agressiva de histórias com acentuada carga política e baseadas em fontes anônimas. Os jornais isoladamente, diz Fuller, têm uma linha política e são livres, portanto, para publicar matérias que possam ser interpretadas como partidárias; a AP, em contraste, é neutra e deve ter extremo cuidado com o texto atribuído a fontes anônimas, ou simplesmente não aproveitá-lo.

Permanece, contudo, a questão sobre se a política da AP em relação às fontes anônimas é de fato politicamente neutra, ou se visa a noticiar principalmente o que o governo – qualquer governo – deseja que o público saiba.